



Presidente p.3

Europa não pode
"alimentar frentes de
ressentimento"



PSD p.6

PS foge às
responsabilidades

POVO LIVRE



nº 1894

21 de Outubro de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



PSD rejeita "chantagem política"

Pedro Passos Coelho esteve numa reunião da Comissão
Permanente de Concertação Social

PSD rejeita “chantagem política”

O Primeiro-Ministro garantiu que não vai governar com o programa do PS e recusou sujeitar o país a uma “chantagem política”, uma vez que foi a coligação quem venceu as eleições. “Eu não vou governar com o programa do PS e não vou com certeza sujeitar o país a uma espécie de chantagem política em que quem perdeu impõe a quem ganhou as condições para dizer o que é que o PS acha importante para dar o seu contributo à estabilidade”, afirmou Pedro Passos Coelho. No final de um encontro com os parceiros sociais no âmbito do Conselho Europeu de 15 de Outubro, rejeitou a inversão de papéis e disse ainda que não tenciona ter “mais nenhuma reunião com o PS”. “Não vamos inverter esses papéis e eu não aceitarei que o país fique refém deste jogo que é um jogo político-partidário, que pode ser muito respeitável para o PS, mas não é um jogo que possa prosseguir com o meu apoio”, afirmou o chefe do executivo.

Passos Coelho disse ter chegado a altura de “pôr um ponto final naquilo que o país tem vindo, atónito, a conhecer em praticamente uma semana”. “Eu já tive duas reuniões com o PS e não tenciono ter mais nenhuma reunião com o PS para fazer de conta ou simular que estamos a procurar um resultado que até hoje não teve qualquer significado porque o PS não deu nenhum contributo para que esse resultado fosse alcançado”, acentuou Passos Coelho.

O chefe do executivo referiu que o PS poderá apresentar os seus contributos “em qualquer altura” e assegurou que a coligação deu “os passos que eram necessários e indispensáveis, com muita humildade, para procurar o apoio do PS”, o que não aconteceu. “Nós dissemos com muita clareza: não tivemos a maioria absoluta no parlamento e portanto não podemos governar só com o nosso programa. Estamos disponíveis para fazer concessões, mas é preciso saber o que é que o PS quer para poder dar aos portugueses condições de estabilidade”, sublinhou o Primeiro-Ministro.

Passos Coelho reforçou que estará “sempre disponível, aberto, para poder atingir qualquer compromisso” que dê aos portugueses garantia de que os próximos anos serão de crescimento e de retoma do emprego”, mas rejeitando “virar o resultado das eleições do avesso”.

No encontro de dia 13, na sede do PS em Lisboa, entre a coligação PSD/CDS-PP e o PS, Passos Coelho explicou que não avançaram mais nas propostas em relação ao documento enviado na véspera. A reunião terminou de “forma absolutamente inconclusiva”, expressou Passos Coelho.



Pedro Passos Coelho declarou que PSD e CDS-PP “têm a expectativa legítima” de serem chamados pelo Presidente da República a formar Governo, por terem sido a força mais votada nas legislativas. Depois de interrogado sobre se PSD e CDS-PP admitem formar Governo mesmo que não cheguem a acordo com o PS, Passos Coelho declarou: “Aquilo que posso afirmar como presidente do PSD é que a expectativa legítima que o PSD e o CDS têm é a de que sejam chamados a formar Governo, porque foram, conjuntamente, os que ganharam as eleições”.

“Eu faço uma constatação. Tivemos duas reuniões. Nós fizemos o nosso trabalho de casa como, de resto, o PS nos pediu, e não tivemos até hoje da parte do PS nenhuma posição que fosse construtiva, positiva, que nós pudéssemos dizer: o PS quer isto ou quer aquilo. Portanto, o PS pôs-se numa posição passiva”, criticou. De acordo com Passos Coelho, pela sua parte, PSD e CDS-PP fizeram um “esforço” de compromisso e apresentaram “uma proposta concreta” e “estruturada”, em relação à qual o secretário-geral do PS, António Costa, manifestou “insatisfação” na reunião de hoje.

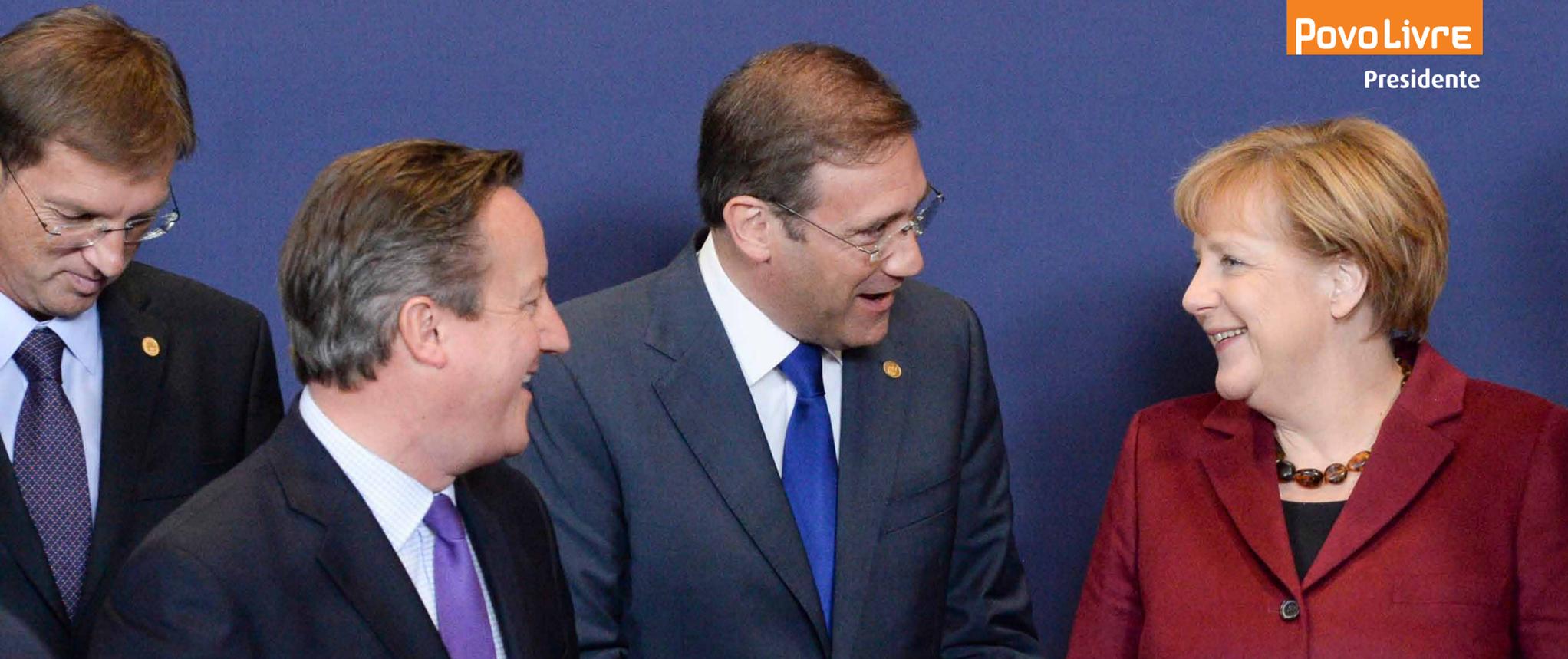
Quando colocada a questão sobre a formação de um executivo PSD/CDS-PP mesmo sem acordo com o PS, Passos Coelho começou por recordar que logo na noite eleitoral comunicou ao país “o propósito de formar

Governo”. “E julgo que nenhum português se espantaria que isso acontecesse, porque a coligação que integrei juntamente com o doutor Paulo Portas foi a coligação que ganhou as eleições - e na noite das eleições creio que o próprio PS nos felicitou por esse facto. É natural, portanto, que a aspiração legítima de quem ganha seja poder governar. Mas não podemos governar de qualquer maneira, temos de fazer concessões. Creio que é isso que resulta das eleições”, considerou.

“Quem ganhou as eleições de 4 de Outubro não foi o PS, foi a coligação que integra o PSD e o CDS. O programa, portanto, que foi sancionado nas eleições foi o programa da coligação”, acrescentou.

Também Paulo Portas defendeu que “o povo português deu mandato à coligação [PSD/CDS-PP] para governar”, embora sem maioria absoluta, pedindo-lhes, portanto, “compromissos”, que “só podem ser feitos com partidos do arco europeu, ou seja, com o PS”. Paulo Portas sustentou que PSD e CDS-PP fizeram “um esforço genuíno, sério” de aproximação às posições do PS, que considerou “insuficiente” a proposta que lhe foi apresentada.

A segunda reunião demorou cerca de duas horas e quinze minutos, terminando pelas 20h15.



Europa não pode “alimentar frentes de ressentimento”

A União Europeia (UE) não pode “alimentar frentes de ressentimento” nas suas fronteiras, especialmente com potenciais parceiros como a Turquia. Para Passos Coelho, que participava numa cimeira europeia em Bruxelas, que se centrou na crise de refugiados, é também “natural que Turquia e a UE procurem uma cooperação que é mutuamente vantajosa”. O chefe do executivo português admitiu que a Turquia procure suscitar “novos capítulos da negociação” da sua eventual entrada para a UE.

Passos Coelho destacou a realização da cimeira de La Valetta, em Novembro, e que juntará países europeus e africanos. E lembrou o convite, “fruto da acção de Portugal”, para que a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) participe no evento. “O que abre uma perspectiva bastante interessante de podermos discutir com um contributo português e na língua portuguesa o esforço de cooperação e de diálogo que deve existir entre a UE e África”, disse, em conferência de imprensa.

No dia 14 de Outubro, o chefe do Governo afirmou que Portugal está “praticamente” pronto para acolher 4.500 refugiados e apelou aos parceiros sociais para que apresentem medidas que ajudem à integração “em termos económicos” dessas pessoas no nosso país. Esta revelação foi feita na reunião com os parceiros sociais, no Conselho Económico e Social (CES), no âmbito do Conselho Europeu.

Relativamente à questão da União Económica e Monetária, Passos Coelho disse esperar que esse tema esteja no centro das discussões do Conselho Europeu de Dezembro, “mas é natural que seja feita uma abordagem” no encontro de quinta-feira em Bruxelas. Garantiu ainda que “o Governo português não deixou cair os seus contributos para esse debate e mantém alguma pertinência quanto à forma como a União Europeia deveria fazer evoluir esse debate”. É importante “que possamos ter condições para que a retoma europeia possa, no seu conjunto, ser mais rápida contrariando aquilo que são as perspectivas divulgadas recentemente pelo Fundo Monetário Internacional”.

A crise migratória voltou a dominar a cimeira de chefes de Estado e de Governo da União Europeia agendada de dia 15, em Bruxelas, com os líderes a analisarem se as medidas já adoptadas ao nível europeu seriam suficientes. Os líderes europeus analisaram designadamente se as medidas já adoptadas e/ou decididas no quadro da resposta da UE à crise de refugiados “são suficientes para conter novos fluxos migratórios” no futuro, e, neste contexto, discutir uma revisão das atuais regras europeias de gestão de pedidos de asilo (a chamada convenção Dublin) e um reforço das fronteiras externas, incluindo a criação de um corpo de guardas-fronteiriços europeu.

Os 28 estados-membros também discutiram o papel

específico que devem ter os centros de registo dos refugiados recém-chegados à Europa, e fazer um ponto da situação sobre o sistema de recolocação de refugiados acordado pelos Estados-membros.

Orçamento do Estado para 2016: Não faria sentido apresentar projecto a Bruxelas

Pedro Passos Coelho defendeu ainda que “não faria sentido” o Governo cessante apresentar à Comissão Europeia um projecto de Orçamento, garantindo que Portugal não deixará de cumprir os “requisitos substanciais”. O Primeiro-Ministro garantiu que a Comissão terá tempo de apreciar o projecto de Orçamento que vier a ser elaborado pelo novo governo e isso é “o que interessa”.

Segundo Passos Coelho, “o que é importante do ponto de vista do cumprimento substancial das regras europeias é que a Comissão Europeia tenha acesso com alguma antecedência razoável - e o calendário fixa um mês de antecedência - ao projecto de Orçamento antes de ele ser aprovado nos órgãos próprios, que neste caso é a Assembleia da República, para poder pronunciar-se no termos das regras da união económica e monetária”. “E isso Portugal não deixará de fazer. O que interessa é a substância das coisas, não é a forma, e na substância Portugal não deixará de cumprir esse requisito”, vincou, mas “num calendário adequado à formação e posse de um novo Governo”.

O Ministério das Finanças comunicou a 2 de Outubro passado à Comissão Europeia que não entregaria um projecto de orçamento até 15 de Outubro, tal como estipulado nas regras do “semestre europeu” de coordenação de políticas económicas, dada a realização de eleições legislativas a 4 de Outubro.

Pedro Passos Coelho informou ter trocado impressões com outros líderes europeus sobre a actual situação política em Portugal, mas escusou-se a falar de “política interna” em sede do Conselho Europeu. “Tive oportunidade de estar na reunião do Partido Popular Europeu, onde fui felicitado pelo resultado nas eleições, mas não foi um tema que tivesse merecido uma discussão autónoma. É natural que as pessoas tenham curiosidade em saber o que é que se passa, e não deixei de trocar impressões bilateralmente com vários colegas, não apenas do PPE, sobre a situação em Portugal, mas não esteve na nossa agenda e não é uma questão que politicamente aborde a partir de Bruxelas”, declarou.

No final da tradicional reunião do Partido Popular Europeu, que antecede os Conselhos Europeus, os líderes da maior família política europeia afirmaram esperar que a coligação PSD/CDS-PP “não seja despojada” da vitória nas eleições legislativas e que os sacrifícios não sejam ameaçados por um Governo com partidos anti-Europa e anti-NATO.

“Nós expressámos a nossa esperança de que PSD/CDS-PP, como os vencedores desta eleição, não sejam despojados da sua vitória e que eles sejam capazes de formar um Governo”, afirmou o presidente do PPE, Joseph Daul.



PSD desafia líder do PS a enviar contraproposta negocial



O presidente dos sociais-democratas desafia o secretário-geral do PS a enviar uma “contraproposta objectiva” para mostrar empenho nas negociações e a expressar com clareza se pretende entrar numa coligação de Governo com os partidos vencedores das eleições de 4 de Outubro. Numa carta dirigida ao secretário-geral do PS, António Costa, Pedro Passos Coelho considera que o documento que aquele lhe enviou na sexta-feira, dia 16, “frustra as expectativas de todos aqueles que contavam com a prossecução das conversas” entre sociais-democratas, centristas e socialistas. “Se o PS está verdadeiramente empenhado em chegar a um acordo de princípio que propicie estabilidade e governabilidade, então deverá apresentar uma contraproposta objectiva, que inclua base programática e medidas concretas, bem como uma proposta de metodologia alternativa à que a coligação apresentou. Se o PS prefere discutir estas matérias enquanto futuro membro de uma coligação de Governo mais alargada, que inclua, além do PSD e do CDS, o próprio PS, então que o diga também com clareza já que nunca excluímos essa possibilidade, como é sabido”, escreve Passos Coelho.

O presidente do PSD sustenta, ao longo desta carta, que o PS não quer chegar a um acordo com os partidos da coligação Portugal à Frente, que foi a força mais votada nas legislativas, mas não conseguiu somar uma maioria absoluta de deputados.

Passos Coelho afirma que, “sob o falso pretexto de negociações que não deseja”, a acção do PS ameaça “arrastar o país e os portugueses para a instabilidade e a ingovernabilidade num retrocesso que pode pôr em causa o árduo trabalho dos últimos quatro anos”.

No início desta missiva, o líder da Coligação declara: “A carta que anteontem me foi dirigida pelo secretário-geral do PS frustra as expectativas de todos aqueles que contavam com a prossecução das conversas entre o PS, o PSD e o CDS com vista a um entendimento que pudesse garantir a estabilidade e a governabilidade”.

De acordo com o Primeiro-Ministro em exercício, a carta que recebeu de António Costa não tem “um sentido construtivo discernível”, faz um “ostensivo reparo e crítica” às propostas do PSD e do CDS-PP, e enumera “exclusiva e exaustivamente” medidas do programa do PS, não hierarquizadas, como se os socialistas tivessem vencido as eleições, não se traduzindo numa “contraproposta”.

Passos Coelho refere que PSD e CDS-PP redigiram um documento com 23 propostas retiradas do programa eleitoral do PS, disponíveis para as substituir por outras, mas não aceita “subverter” os compromissos europeus e as metas orçamentais, nem o programa da coligação Portugal à Frente “sufragado maioritariamente pelos portugueses”.

O presidente do PSD lamenta que “o PS diga em público que essa informação solicitada não tenha sido de todo transmitida”, e acusa os socialistas de utilizarem essa informação “para fazer propaganda política” e “mesmo para fazer sugestões e insinuações irresponsáveis e sem qualquer fundamento real” sobre a situação do país. “Esta abordagem patente na carta que me foi enviada não pode deixar de merecer a nossa reprovação, e estamos certos da generalidade do país. A disposição para negociar e consensualizar nunca pode estar em acusações mais ou menos falsas, ou em protestos incompreensíveis, mas, sim, nos actos e na sua razoabilidade”, acrescenta.

De acordo com Passos Coelho, contudo, o PS não está a usar a informação que lhe foi transmitida “para aprofundar as negociações” com PSD e CDS-PP. “Os últimos dias têm confirmado o que praticamente desde o início se tem vindo a tornar claro: que o PS prefere agir com a extrema-esquerda a negociar com os partidos europeístas, vencedores de duas eleições legislativas consecutivas, ao largo de mais de quatro anos; e que, além disso, substituiu a razoabilidade que historicamente o caracterizou por um radicalismo que o país não entende”, sustenta.

Carta do Presidente do PSD ao secretário-geral do PS na íntegra

«Caro Dr. António Costa,

A carta que anteontem me foi dirigida pelo Secretário-Geral do PS frustra as expectativas de todos aqueles que contavam com a prossecução das conversas entre o PS, o PSD e o CDS com vista a um entendimento que pudesse garantir a estabilidade e a governabilidade. É sintomático que não haja um sentido construtivo discernível no conteúdo da carta que nos chegou. A proposta concreta que fizemos mereceu ostensivo reparo e crítica, mas não encontrou resposta objectiva traduzida numa contraproposta, como seria de esperar num interlocutor empenhado num entendimento. De facto, a carta não faz mais do que repetir a linha que o PS tem usado para evitar esse entendimento com a Coligação Portugal à Frente.

Têm sido abundantes os comentários que o PS tem feito aos resultados eleitorais para justificar a sua conduta dos últimos dias. Porém, o facto mais indiscutível e saliente desses resultados nunca é mencionado, a saber, que a Coligação venceu inequívoca e expressivamente as eleições, e que o PS as perdeu. Daí decorre a conclusão de que o programa eleitoral que foi sufragado maioritariamente pelos Portugueses foi o da Coligação Portugal à Frente.

Assim sendo, é incompreensível que o PS responda às propostas da Coligação Portugal à Frente enunciando exclusiva e exaustivamente medidas do seu próprio programa eleitoral, sem sequer as hierarquizar. A Coligação tomou a iniciativa de, perante a passividade do PS, apresentar um “Documento Facilitador de um Compromisso entre a Coligação Portugal à Frente e o Partido Socialista para a Governabilidade de Portugal”. Nesse documento

incluímos 23 propostas extraídas do programa eleitoral do PS, garantindo portanto uma base de partida para um compromisso necessário e a coerência de um futuro programa de governo que contivesse elementos dos dois programas eleitorais, sem no entanto subverter nem os objectivos gerais previamente anunciados (os compromissos europeus e as limitações orçamentais decorrentes), nem o próprio programa eleitoral da Coligação sufragado maioritariamente pelos Portugueses.

De facto, ninguém no País compreenderia que o PS exigisse que a Coligação governasse com o programa do PS, o que constituiria uma perversão total dos resultados eleitorais. Mais, essas propostas que fizemos e que foram extraídas do programa eleitoral do PS correspondem às áreas de governação consideradas prioritárias pelo comunicado emitido pela própria Comissão Política Nacional do PS no passado dia 6 de Outubro.

Também acrescentámos, numa indiscutível demonstração de abertura negocial e de boa-fé, que estaríamos receptivos a substituir as 23 propostas por nós avançadas por outras propostas coerentes que o PS entendesse mais pertinentes.

Propusemos ainda, com o intuito de garantir previsibilidade e normalidade ao processo negocial que deveria decorrer ao longo de toda a legislatura, que definíssemos por consenso regras e uma metodologia que guiassem as negociações preparativas dos Orçamentos do Estado, que ficariam dependentes do cumprimento de alguns pressupostos, como sejam:

- a negociação prévia e metódica entre os três partidos das linhas gerais dos Orçamentos do Estado;
- a conformidade dos sucessivos Orçamentos com a convergência programática agora a ser negociada;
- a compatibilidade dos Orçamentos da legislatura com as regras e compromissos europeus, designadamente metas para o défice e para a dívida pública, delimitados nas actualizações do Programa de Estabilidade.

Finalmente, quando foi solicitada pelo Secretário-Geral do PS a condição, prévia a qualquer nova conversação, de que lhe fosse transmitido um conjunto muito vasto de informação económico-financeira, a Coligação não hesitou em que essa informação, no limite da sua disponibilidade, fosse fornecida sem demora. Ora, não podemos deixar de lamentar que, não só o PS diga em público que essa informação solicitada não tenha sido de todo transmitida, como se constate, além de qualquer dúvida razoável, que o PS não esteja a usar essa informação para aprofundar as negociações, mas apenas para fazer propaganda política com finalidades que estão bem longe das intenções proclamadas e mesmo para fazer sugestões e insinuações irresponsáveis e sem qualquer fundamento real “sobre a situação do País, de empresas estratégicas ou do conjunto do sector financeiro”. Esta abordagem patente na carta que me foi enviada não pode deixar de merecer a nossa reprovação, e estamos certos da generalidade do País.

A disposição para negociar e consensualizar nunca pode estar em acusações mais ou menos falsas, ou em protestos incompreensíveis, mas, sim, nos actos e na sua razoabilidade. Os últimos dias têm confirmado o que praticamente desde o início se tem vindo a tornar claro: que o PS prefere agir com a extrema-esquerda a negociar com os partidos europeístas, vencedores de duas eleições legislativas consecutivas, ao largo de mais de 4 anos; e que, além disso, substitui a razoabilidade que historicamente o concretizou por um radicalismo que o País não entende.

Por fim, reitero que a Coligação mantém a sua inteira disponibilidade para negociar um compromisso para a governabilidade e para a estabilidade, entendendo que só tem sentido que o possa fazer junto daqueles que, como os socialistas, comungam dos objectivos associados à nossa presença à União Europeia e ao Euro, bem como aos princípios da economia social de mercado, e não junto daqueles que assumem valores contraditórios com estes, como é o caso do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português.

Se o Partido Socialista está verdadeiramente empenhado em chegar a um acordo de princípio que propicie estabilidade e governabilidade, então deverá apresentar uma contraproposta objectiva, que inclua base programática e medidas concretas, bem como uma proposta de metodologia alternativa à que a Coligação apresentou. Se o Partido Socialista prefere discutir estas matérias enquanto futuro membro de uma coligação de governo mais alargada, que inclua, além do PSD e do CDS, o próprio PS, então que o diga também com clareza, já que nunca excluímos essa possibilidade, como é sabido. Mas a Coligação não pode deixar de lamentar que,

sob o falso pretexto de negociações que não deseja, a acção do Partido Socialista ameace arrastar o País e os Portugueses para a instabilidade e a ingovernabilidade num retrocesso que pode pôr em causa o árduo trabalho dos últimos 4 anos».

Com os meus melhores cumprimentos, e cordiais saudações,

Pedro Passos Coelho

Presidente do Partido Social Democrata»

Líder do PSD informou o Presidente da República das diligências feitas para criar “condições de governabilidade”



O líder do PSD informou o Presidente da República das diligências feitas para criar condições de governabilidade, sublinhando que compete ao chefe de Estado indigitar o Primeiro-Ministro de acordo com a sua “avaliação e julgamento”. “Vim informar o senhor Presidente da República das diligências que fiz com vista a criar condições de estabilidade e de governabilidade no país, dado que presido ao partido mais votado nas últimas eleições”, afirmou o presidente social-democrata, Pedro Passos Coelho, no final de uma audiência de cerca de 50 minutos com o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, no Palácio de Belém, segunda-feira.

Recordando que Cavaco Silva lhe tinha solicitado que “fizesse diligências com vista a criar condições para uma solução de governabilidade no país”, Passos Coelho referiu que cabe agora ao Presidente da República indigitar o futuro Primeiro-Ministro depois de ouvir os partidos políticos e “de acordo também com aquilo que será a sua avaliação e o seu julgamento”. “Compete agora, depois de ouvir os partidos políticos, nos termos da Constituição, ao senhor Presidente da República proceder à indigitação de um futuro primeiro-ministro de acordo também com aquilo que será a sua avaliação e o seu julgamento que não deixará com certeza de merecer informação da parte do próprio Presidente da República”, acrescentou o líder do PSD, numa declaração sem direito a perguntas à saída da audiência com o Presidente da República, que começa terça-feira a ouvir os partidos com representação parlamentar.

O encontro de Passos Coelho com o Presidente da República acontece quase duas semanas depois da primeira audiência entre o líder do PSD e Cavaco Silva, realizada dois dias depois das eleições de 4 de Outubro. No encontro, o chefe de Estado encarregou Passos Coelho de desenvolver diligências para avaliar as possibilidades da constituição de uma “solução governativa que assegure a estabilidade política e a governabilidade do país”.

Numa comunicação ao país nesse dia, Cavaco Silva disse que não se substituiria aos partidos no processo de formação do Governo, mas sublinhou que este “é o tempo do compromisso”, em que a cultura da negociação deverá estar sempre presente. Nos dias seguintes iniciaram-se as conversações entre os partidos políticos com vista à formação de um Governo.

A Constituição da República estabelece que o Primeiro-Ministro é “nomeado pelo Presidente da República, ouvidos os partidos representados na Assembleia da República e tendo em conta os resultados eleitorais”.

A coligação Portugal à Frente (PSD/CDS-PP) venceu as legislativas de 4 de Outubro e obteve 107 mandatos (89 do PSD e 18 do CDS-PP). O PS elegeu 86 deputados, o BE 19, a CDU 17 (dois do PEV e 15 do PCP) e o PAN um parlamentar.

PS foge às responsabilidades

O PS quer subverter “a ordem natural da democracia” e desrespeitar esse princípio ao procurar um acordo de governação com partidos à sua esquerda. Em declarações, na residência oficial do Primeiro-Ministro, em Lisboa, onde o PSD foi recebido a propósito da reunião Conselho Europeu da passada quinta-feira, Marco António Costa foi elucidativo: “Quem venceu as eleições foi a coligação [PSD/CDS-PP]. No âmbito daquelas que são as regras constitucionais, mas também da nossa democracia, caberá à coligação a responsabilidade de ser chamada a formar Governo”, acrescentou, acusando em seguida o PS de estar a negociar “em várias frentes políticas” com “um objectivo que não foi aquele que resultou das eleições legislativas”.

Marco António Costa manifestou “espanto” face a esse comportamento do PS, que apelidou de “simulacro de negociações”, e insistiu: “O que resultou das legislativas foi a ordem natural que eu referi no início. E, portanto, não vemos como é possível o PS estar neste momento a tentar desenvolver múltiplas negociações num frenesim negocial sem resultados objectivos”.

Segundo Marco António Costa, o presidente do PSD e Primeiro-Ministro em exercício, Pedro Passos Coelho, “verbalizou aquilo que é um sentimento generalizado dos portugueses” em relação à “tentativa de negociação em várias mesas negociais” por parte do PS. “Há um ponto a partir do qual também temos de expressar o nosso sentimento em relação a tudo o que se está a passar”, considerou, referindo que “quem estava de fora e que tivesse chegado a Portugal na última semana ficaria com a ideia de que foi o PS que ganhou as eleições”, acrescentou.

De acordo com o porta-voz social-democrata, “o PS resolveu abrir várias mesas negociais num xadrez altamente variável de negociação e aparentemente contrariando aquilo que são 42 anos de democracia em termos de alinhamentos políticos sobre matérias que são essenciais para o nosso regime democrático”.

No seu entender, os socialistas estão a procurar “um espírito de consenso com projectos políticos tão díspares e tão afastados” do seu, que “todos parecem ter abdicado dos princípios que defenderam durante a campanha eleitoral” e estarem a “rasgar os seus programas eleitorais”.

O porta-voz do PSD descreveu a atitude do PS da seguinte forma: “Estão a conversar para um lado, a conversar para o outro, num ziguezague de diálogo que nós não percebemos aonde é que nos vai levar”.

Estamos disponíveis para diálogo com o PS se for “efectivo”

O vice-presidente afirmou também que o PSD está disponível para prosseguir o diálogo com o PS, se for “um diálogo efectivo” e não “um simulacro de diálogo”. O porta-voz considerou que “é manifesta a indisponibilidade do PS” no processo negocial com PSD e CDS-PP com vista à estabilidade governativa, mas não fechou a porta a novas reuniões com os socialistas, caso estes apresentem “uma contraproposta objectiva e concreta”.

“O Governo está a ter uma preocupação correcta não só de fazer um acolhimento físico das pessoas, mas fazer um acolhimento e uma integração adequada das pessoas na nossa sociedade, proporcionando-lhes condições de criarem um projecto de vida em Portugal”, considerou.

O dirigente social-democrata atribuiu ao PS a ausência de “espírito construtivo” e de “uma atitude consequente e empenhada” nas conversações sobre condições de governabilidade, e apontou: “Até hoje não conhecemos uma linha escrita pelo PS”.

“Da nossa parte tem havido um total e absoluto empenho e uma abertura completa para fazer este trabalho com o PS. Gostávamos de sentir o mesmo empenhamento da parte do PS”, disse.



Marco António Costa referiu que “está previsto para muito breve a chegada do primeiro grupo de 30 refugiados a Portugal, participando de um projecto-piloto europeu”.

“PS deve procurar ter um espírito construtivo”

Marco António Costa referiu que Maria Luís Albuquerque, ministra de Estado e das Finanças em exercício e deputada eleita nas listas da coligação PSD/CDS-PP, já fez chegar “há dois dias, quer por escrito, quer verbalmente, todos os elementos de que dispõe e que existem” ao coordenador do cenário macroeconómico do PS, Mário Centeno.

Numa reacção à afirmação feita pelo presidente do PS, Carlos César, de que há elementos orçamentais em falta, o porta-voz do PSD considerou: “Trata-se de mais uma desculpa para fugirem às suas responsabilidades, já que não consta que a falta de tais elementos que agora reclamam impeça as profundas negociações técnicas que alegam estar a realizar com o PCP e com o Bloco de Esquerda”.

O vice-presidente coordenador da Comissão Política Nacional do PSD argumentou também que “hoje o Conselho das Finanças Públicas e a Unidade Técnica de Apoio Orçamental garantem um grau de transparência de informações relativamente às contas públicas que torna caricata esta afirmação do PS”.

António Costa quer criar “ideia artificial de que negociações só correm bem à esquerda”

No final da reunião da direcção do PSD com Trabalhadores Social Democratas (TSD), sábado, Marco António Costa acusou António Costa de estar a “lançar sobras na opinião pública que nada têm de verdade”, nomeadamente que as negociações com a coligação estão a ser negativas e que esta tem estado a ocultar informações aos portugueses. “Nada do que foi dito de parte a parte justificam as insinuações graves que tentam lançar dúvidas injustificadas e infundadas sobre a transparência das contas públicas portuguesas e sobre a real situação económica do país”, afirmou o coordenador do PSD.

Apesar do “ambiente pouco propício à confiança necessária para a construção de relações” na facção socialista, o PSD diz que “nunca abandonará uma atitude séria de negociação”. “Mas não estamos disponíveis para simulacros negociais nem estamos disponíveis para arrastar na praça pública esta tentativa de inquirir uma negociação séria com insinuações infundadas”, lamentou o porta-voz.

O porta-voz do PSD rejeitou igualmente que estejam a ser escondidos dados sobre a situação do país, sublinhando que “não houve nada que possa justificar



essas afirmações” nos dois encontros que PSD e CDS-PP tiveram com o PS, nos quais participou.

A ministra das Finanças em exercício, Maria Luís Albuquerque, negou ter transmitido ao PS, através de Mário Centeno, “preocupações ou informações” sobre temas fora do conhecimento público ou “passíveis de gerar alarme público”. Esta afirmação consta de um comunicado do PSD divulgado, sábado, e assinado por Maria Luís Albuquerque. “Em política não vale tudo e do PS esperar-se-ia um comportamento responsável e verdadeiro perante os portugueses”, critica a cabeça de lista por Setúbal e deputada eleita pela Coligação.

Maria Luís Albuquerque começa por enquadrar a qualidade em que contactou e depois se reuniu com o coordenador do cenário macroeconómico do PS, dizendo que o fez “a pedido do presidente do PSD, doutor Pedro Passos Coelho, e na qualidade de militante e deputada eleita do PSD”.

Maria Luís Albuquerque declara que “a situação das finanças públicas portuguesas é absolutamente transparente e é permanentemente auditada por entidades independentes nacionais e externas”.

Comunicado à Imprensa

«A pedido do Presidente do PSD, Dr. Pedro Passos Coelho, e na qualidade de militante e Deputada eleita do PSD, logo no dia 09 de Outubro, após o primeiro encontro entre a Coligação Portugal à Frente e o Partido Socialista, contactei o Dr. Mário Centeno e disponibilizei-me para reunir de imediato.

Não tendo o Dr. Mário Centeno tido disponibilidade durante o fim-de-semana, alegando compromissos pessoais, a reunião só veio a ter lugar na segunda-feira, dia 12 de Outubro. O conteúdo da reunião resultou das questões que o PS tinha colocado por escrito, no dia 10

de Outubro, e decorreu no âmbito do processo negocial encetado com a Coligação Portugal à Frente, vencedora das eleições legislativas.

As questões foram essencialmente focadas em aspectos macroeconómicos e orçamentais. Toda a informação relevante disponível, designadamente sobre a execução orçamental de 2015 e ponto de situação da actualização do cenário macroeconómico, foi fornecida verbalmente e remetida posteriormente também por escrito. As alterações ao cenário macroeconómico prendem-se com a actualização das hipóteses externas e a evolução mais positiva na taxa de desemprego e na decomposição do PIB.

A situação das finanças públicas portuguesas é absolutamente transparente e é permanentemente auditada por entidades independentes nacionais e externas (Banco de Portugal, Conselho de Finanças Públicas, UTAO, INE, Comissão Europeia, FMI, BCE, Mecanismo Europeu de Estabilidade, OCDE, agências de rating, entre outros).

Nada do conteúdo da referida reunião é susceptível de suportar as insinuações proferidas pelo Secretário-Geral do PS, nem no decorrer da mesma foram suscitadas quaisquer preocupações ou informações sobre temas que não sejam do conhecimento público (como é o caso do processo de privatização da TAP ou a investigação aprofundada sobre o BANIF iniciada pela Direcção-Geral da Concorrência da Comissão Europeia) ou que sejam passíveis de gerar alarme sobre a situação actual e perspectivas futuras do País, quer no que respeita ao estado das finanças públicas, quer à situação macroeconómica ou ainda ao sistema financeiro.

Em política não vale tudo e do Partido Socialista esperar-se-ia um comportamento responsável e verdadeiro perante os Portugueses.

Maria Luis Albuquerque
17 de Outubro de 2015»



Todos compreenderão que só novo Governo entregue projecto orçamental

O PSD entende que todos compreenderão que só o novo Governo entregue em Bruxelas o projecto orçamental português, e considera que a Comissão Europeia está a fazer o seu papel, assim como o executivo PSD/CDS-PP. “Eu julgo que a Comissão Europeia, guardiã dos tratados de acordo com as regras comunitárias, faz aquilo que é seu papel, e o Governo faz aquilo que também é o seu papel”, declarou o vice-presidente do PSD José Matos Correia, depois de questionado sobre a insistência da Comissão Europeia na entrega por parte do executivo cessante português de um projecto orçamental em Bruxelas.

Em conferência de imprensa, na sede nacional do PSD, em Lisboa, Matos Correia acrescentou que Bruxelas está “em contacto próximo” com as autoridades portuguesas “para resolver o assunto”: “Eu julgo que toda a gente compreenderá que, face à circunstância política que se vive em Portugal, só o novo Governo terá condições para cumprir essa obrigação. Portanto, nós não vemos nenhuma razão para alterar a orientação estabelecida ontem [quinta-feira] pelo presidente do partido”.

“Sempre encontramos soluções práticas no passado”, referiu Matos Correia, reiterando a possibilidade prevista na legislação comunitária de um Governo que não está no uso pleno dos seus poderes orçamentais submeter apenas um plano orçamental baseado num cenário de políticas inalteradas, a ser actualizado e completado pelo novo executivo assim que entre em funções.

É nesse sentido que, um dia depois de expirado o prazo-limite para os países do euro entregarem os planos orçamentais para 2016, e de Portugal ter sido o único a não fazê-lo (Chipre e Grécia não apresentaram, mas por estarem sob programa, e como tal não terem de o fazer), a Comissão Europeia instou as autoridades portuguesas a apresentarem “sem mais demoras” um projecto provisório, a ser actualizado pelo Governo que for formado.

O Governo português decidiu não apresentar qualquer documento até à data de 15 de Outubro, por considerar que, em função das eleições legislativas de 4 de Outubro, deve caber ao futuro executivo essa tarefa, como confirmou na passada segunda-feira o Ministério das Finanças, e reafirmou na quinta-feira o primeiro-ministro em exercício.

No dia 15, no final de um Conselho Europeu em Bruxelas, Pedro Passos Coelho defendeu que “não faria sentido que o Governo que está de saída apresentasse o projecto de um orçamento que não vai fazer”.

“O que é importante do ponto de vista do cumprimento substancial das regras europeias é que a Comissão Europeia tenha acesso com alguma antecedência razoável - e o calendário fixa um mês de antecedência - ao projecto de orçamento antes de ele ser aprovado nos órgãos próprios, que neste caso é a Assembleia da República, para poder pronunciar-se no termos das regras da união económica e monetária. O que interessa é a



substância das coisas, não é a forma, e na substância Portugal não deixará de cumprir esse requisito”, vincou, mas “num calendário adequado à formação e posse de um novo Governo”.

Formação de Governo: PSD recorda decisões da democracia portuguesa

José Matos Correia recordou decisões dos anteriores presidentes da República socialistas Mário Soares e Jorge Sampaio para defender que só quem vence as eleições pode formar Governo, e pediu ao PS coerência com a sua história. “Recordo, por exemplo, a circunstância ocorrida em 1985, quando, perante a queda na Assembleia da República de um Governo minoritário do PSD, o então Presidente da República, doutor Mário Soares, recusou a formação de um Governo constituído pelo PS e pelo então PRD com o apoio parlamentar do PCP”, apontou o dirigente social-democrata. José Matos Correia acrescentou: “E recordo também a situação ocorrida em 1996 nas eleições para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em que o então Presidente da República, Jorge Sampaio, deixou claro que só nomearia um partido de quem ganhasse as eleições, recusando qualquer outra solução”.

O vice-presidente do PSD afirmou que nunca na “vida constitucional” portuguesa “um Governo foi formado sem que essa responsabilidade tenha sido entregue a quem ganhou as eleições” e defendeu que “esse tipo de práticas que sempre foram seguidas devem ser mantidas”.

Numa alusão ao PS, observou: “Queremos que os outros sejam coerentes com a sua história política e com as suas declarações políticas”.

Antes, José Matos Correia referiu que, com os resultados da emigração, houve um “reforço da vitória da coligação Portugal à Frente”, que elegeu 107 deputados - 89 do PSD e 18 do CDS-PP - enquanto o PS “tem apenas 86”. Com estes resultados, PSD e CDS-PP têm “a expectativa legítima” de serem chamados pelo Presidente da República a formar Governo, declarou.

“Quem ganhou as eleições, aqueles a quem os portugueses entregaram essa responsabilidade devem ser chamados a formar Governo”, reiterou.

O social-democrata repetiu que “há uma regra nunca quebrada na democracia no sentido de que quem deve ser chamado a formar Governo é quem ganhou as eleições”, e recorreu também a uma declaração da porta-voz do Bloco de Esquerda, Catarina Martins.

Matos Correia lembrou a seguinte afirmação de Catarina Martins, feita a 19 de Setembro: “Eu acho que nós não precisamos de inventar muito. Temos 40 anos de democracia, temos uma Constituição que é clara. O Presidente chamará o partido que tiver a maior bancada parlamentar para formar um Governo. Eu não percebo muito bem porque há todo esse debate”.

Questionado sobre as conversações com o PS, o social-democrata reiterou que PSD e CDS-PP não estão “disponíveis para um exercício do faz de conta”, mas estão “tranquilamente à espera” da resposta escrita dos socialistas às suas propostas, que ainda “não foi cumprida”, passadas “quase 72 horas” da última reunião.

Portugal à Frente elege mais três deputados

A Coligação Portugal à Frente (PSD/CDS-PP) conquistou três dos quatro mandatos pelos círculos da Europa e fora da Europa nas eleições legislativas de 4 de Outubro, enquanto o PS elegeu o restante. Segundo os dados provisórios do Ministério da Administração Interna (MAI), a coligação obteve 43,95% dos votos e elegeu os deputados José Cesário, Carlos Gonçalves e Carlos Páscoa, enquanto o PS recolheu 20,01% dos votos, elegendo Paulo Pisco. José Cesário e Carlos Páscoa foram eleitos pelo círculo fora da Europa, enquanto Carlos Gonçalves e Paulo Pisco pelo da Europa.

Nos dois círculos votaram apenas 11,68% dos eleitores, o que significa que apenas 28.354 dos 242.852 eleitores exerceu o seu direito. Os dados divulgados, dia 14, revelam que 3.071 votos (10,83%) foram considerados nulos e que houve ainda 185 votos em branco (0,65%).

As quinze mesas de apuramento dos votos do círculo da Europa foram as primeiras a ser conhecidas, cerca de duas horas e meia antes das 17 de fora da Europa, cuja contagem gerou algum suspense porque, quando faltava apurar os votos do Brasil, PàF e Nós estavam com um deputado cada.

A coligação venceu nos dois círculos, tendo na Europa obtido 39,10% dos votos e o PS com 29,88%. Fora da Europa, a coligação chegou aos 48,46% e a votação relegou o PS para terceiro lugar, com 10,83%, atrás do Nós, com 17,9%, obtidos maioritariamente em Macau e na China.

O MAI não recebeu qualquer voto de mais de três dezenas de países, por razões várias, desde atraso no envio, como aconteceu com Timor-Leste, ou a greve dos correios no Brasil.

Pela primeira vez, desde 1991, a coligação PSD/CDS venceu no círculo da Europa, obtendo mais votos do que o PS.



Resultados finais das eleições legislativas

A coligação PSD/CDS-PP é a força política mais votada com 38,57% dos votos e com 107 mandatos nas eleições legislativas de 4 de Outubro, depois de apurados os resultados nos consulados, no dia 14.

É o seguinte o quadro completo dos resultados, de acordo com as votações divulgadas pela secretaria-geral do Ministério da Administração Interna – Administração Eleitoral:

Freguesias apuradas: 3092
 Freguesias por apurar: 0
 Concelhos apurados: 308
 Concelhos por apurar: 0
 Consulados apurados: 23
 Consulados por apurar: 0
 Mandatos atribuídos: 230
 Mandatos por atribuir: 0

PPD/PSD	1,50%	81054	5
PAN	1,39%	75140	1
PDR	1,14%	61632	0
PCTP/MRPP	1,11%	59955	0
L/TDA	0,73%	39340	0
PNR	0,50%	27269	0
MPT	0,42%	22596	0
NC	0,40%	21439	0
PTP-MAS	0,38%	20749	0
PPM	0,28%	14897	0
JPP	0,26%	14285	0
PURP	0,26%	13979	0
CDS-PP	0,14%	7536	0
CDS-PP.PPM	0,07%	3654	0
PPV/CDC	0,05%	2659	0
PTP	0,03%	1748	0

Outros dados:

Inscritos: 9682553
 % Votos brancos: 2,09%
 % Votos nulos: 1,66%
 % Votantes: 55,86%
 % Abstenção: 44,14%

Lista	%Votos	Votos	Mandatos
PPD/PSD.CDS-PP	36,86%	1993921	102
PS	32,31%	1747685	86
B.E.	10,19%	550892	19
PCP-PEV	8,25%	445980	17

Comissão Europeia investe 16 mil milhões de euros em investigação

A Comissão Europeia vai investir cerca de 16 mil milhões de euros em investigação e inovação nos próximos dois anos, no âmbito do programa-quadro "Horizonte 2020", anunciou, dia 13, em Bruxelas o comissário Carlos Moedas. O comissário português, responsável pela pasta da Investigação, Ciência e Inovação no executivo comunitário de Jean-Claude Juncker, apresentou o programa de trabalho para o período 2016-2017, que especifica as oportunidades de financiamento para os próximos dois anos, através de uma série de convites à apresentação de propostas, contratos públicos e outras medidas, como os prémios Horizonte.

Em conferência de imprensa, Carlos Moedas destacou que, do montante global de quase 16 mil milhões de euros para os próximos dois anos, cerca de 2 mil milhões de euros se destinam a Pequenas e Médias Empresas (PME), incluindo 740 milhões de euros através de um instrumento que visa apoiar mais de 2.000 PME consideradas altamente inovadoras.

De acordo com o executivo comunitário, serão apoiadas várias iniciativas transversais, como a modernização da indústria transformadora europeia (mil milhões de euros), a Indústria 2020 na Economia Circular (670 milhões de euros), as Cidades Inteligentes e Sustentáveis (232 milhões de euros) para a melhor integração dos aspectos relacionados com a protecção do ambiente, os transportes, a energia e as redes digitais nos ambientes urbanos da UE, entre outras.

O programa inclui ainda pelo menos 8 milhões de euros para financiamento à investigação no domínio da segurança das fronteiras externas, para ajudar a identificar e prevenir o tráfico de seres humanos e a introdução clandestina de migrantes, 27 milhões de euros para as novas tecnologias dirigidas à prevenção do crime e do terrorismo e 15 milhões de euros para a investigação sobre a origem e o impacto dos fluxos migratórios na Europa.



"A investigação e a inovação constituem os motores do progresso da Europa e são essenciais para fazermos face aos novos desafios prementes com que nos confrontamos hoje, como é o caso da imigração, das alterações climáticas, da energia não poluente e da promoção de sociedades saudáveis", comentou Carlos Moedas.

O programa da União Europeia para o financiamento da investigação e da inovação, o chamado "Horizonte 2020", foi lançado a 1 de Janeiro de 2014, prevendo um investimento, ao longo de sete anos, de 77 mil milhões de euros em projectos de investigação e inovação destinados a "apoiar a competitividade económica da Europa e a alargar as fronteiras do conhecimento humano".

Mais de 2300 candidatos a bolsa para estudar no interior

O Programa + Superior recebeu este ano 2.308 candidaturas de estudantes que pretendem frequentar instituições no interior do país, o dobro das bolsas disponíveis, segundo dados do Ministério da Educação. O ministério divulgou que este ano lectivo (2015-2016) há 1020 bolsas para atribuir. São também renovadas as bolsas de mobilidade atribuídas no ano transacto, num valor global que ronda um milhão e meio de euros. Foi ainda autorizada a renovação das bolsas de mobilidade atribuídas no ano lectivo 2014-2015, para o ano lectivo 2015-2016, representando esta um investimento máximo total de 1.486.500 euros.

De acordo com dados da Direcção Geral do Ensino Superior (DGES), em 2014-2015 foram atribuídas 1.001 bolsas, ficando de fora 362 candidatos.

O programa estreou-se no ano passado, tendo em vista atrair alunos para regiões do país mais despovoadas e consiste na atribuição de uma bolsa de 1.500 euros anuais. Estão abrangidas universidades e institutos politécnicos.

"Reconhece-se, assim, o contributo crucial destas instituições no desenvolvimento regional do país, incentivando a fixação de mão-de-obra qualificada", afirma em comunicado o Ministério da Educação e Ciência.

Os candidatos são seleccionados pela ordem decrescente da nota de candidatura. Terminado também o prazo de candidatura ao programa Retomar, destinado a combater o abandono, o MEC informou ter recebido 455 candidaturas de pessoas que deixaram de estudar e pretendem voltar ao percurso académico. São elegíveis para este programa de financiamento jovens com menos de 30 anos que tenham saído do sistema educativo e formativo e que estejam desempregados há mais de quatro meses.

A bolsa a atribuir tem o valor de 1.200 euros anuais. Acrescidos de 300 euros pagos à instituição de ensino para concretizar um plano de acompanhamento do aluno.

Madeira

Jornadas Parlamentares fizeram o balanço da acção governativa

O presidente do PSD-Madeira, Miguel Albuquerque, afirmou que as Jornadas Parlamentares do partido serviram para fazer o balanço da acção governativa e da cooperação entre o grupo parlamentar do PSD-Madeira e o governo regional. “Tomámos posse a 20 de Abril, como têm constatado nós temos tido um ritmo de Governo muito acelerado, há um conjunto de propostas e de compromissos que já estão em execução de uma forma clara, desde a reforma do sistema político às passagens aéreas, a um conjunto de valências na área do apoio social, a recuperação das listas de espera, que ainda hoje vai a aprovação em Conselho de Governo, o problema da consolidação financeira da região”, sintetizou Miguel Albuquerque.

A reforma do sistema político serviu de tema ao primeiro dia das Jornadas Parlamentares do PSD, que decorreu na semana passada, em Santa Cruz. O líder parlamentar do PSD Madeira referiu, a este propósito, que já foi dado um primeiro passo com a revisão do Regimento, embora existem outros a dar, como a alteração à Lei Eleitoral, da Lei Orgânica ou do Estatuto Político Administrativo. “Estas questões estão nessa senda daquilo que é a reforma, daquilo que é o compromisso eleitoral”, afirmou Jaime Filipe Ramos.

Sobre o tema do segundo dia das jornadas, a saúde, o líder parlamentar referiu que esta é uma área que preocupa o PSD, afirmando que é necessário encontrar respostas e é isso que o Governo está a procurar fazer, sendo este encontro uma forma de preparar os deputados para as questões ligadas a esta temática. “O Grupo também tem que estar não só a par, como também, como deputados e representantes do povo, podemos passar um pouco a mensagem junto do Governo daquilo que são algumas das preocupações.”

Durante o segundo dia, além de uma intervenção do Secretário Regional da Saúde, sobre o programa para esta área, foi feita uma apresentação relativa ao Novo Hospital, pelo vice-coordenador do Gabinete de Apoio



Permanente à construção deste nova unidade, João Manuel Rodrigues, seguindo-se um debate sobre o “Sistema Regional de Saúde – Desafios e Soluções”, que contou com a participação da presidente do Conselho Médico da RAM da Ordem dos Médicos, Henriqueta Reynolds, do presidente do Sindicato dos Enfermeiros da RAM, Juan Carvalho, e de José Júlio Castro Fernandes, especialista ligado ao sector privado.

Chefe de Estado deve indigitar Passos Coelho Primeiro-Ministro

O presidente do Governo regional e líder do PSD/Madeira, Miguel Albuquerque, defende que Cavaco Silva deve indigitar Pedro Passos Coelho Primeiro-Ministro e depois o Parlamento sufragará ou não o programa e o Orçamento do Estado do próximo governo. “Eu acho que o

Presidente da República deve incumbir o actual primeiro-ministro de formar governo”, declarou à margem das Jornadas Parlamentares do PSD/M que decorreram na semana passada, no concelho de Santa Cruz.

Miguel Albuquerque assinala que as eleições para a Assembleia da República “são personalizadas” e que o eleitorado quando vota já o faz também para o Primeiro-Ministro. “Houve uma disputa do candidato a primeiro-ministro e não há dúvida nenhuma de que o mais votado foi o dr. Passos Coelho, acho que o Presidente da República deve incumbi-lo a apresentar governo que apresentará e discutirá as suas propostas no quadro da Assembleia da República”, defendeu.

Para Miguel Albuquerque, “é fundamental que exista um governo constituído que apresente um programa e um orçamento na Assembleia da República, depois cada partido assumirá as suas responsabilidades”.

Açores

Governo regional quer explicações sobre cortes na acção social escolar

O PSD/Açores considera “insuficientes” as explicações do secretário Regional da Educação e Cultura sobre os cortes – de cerca de meio milhão de euros, em 2015 - na Acção Social Escolar (ASE), face “às centenas de queixas recebidas pelas escolas da Região devido aos referidos cortes, que atingiram e prejudicaram muitos alunos”, alertou a deputada Judite Parreira.

Após a audição ao governante na Comissão de Assuntos Sociais, a social-democrata referiu que “justificar que apenas oito queixas formais chegaram à Secretaria é um mau princípio. E dizer que a questão não merece atenção especial é preocupante”, avança.

Judite Parreira diz que “o caso é muito mais grave do que a tutela quis dar a entender, e não nos podemos esquecer que normalmente os beneficiários da ASE pertencem a famílias com baixos níveis de escolaridade, e que não têm acesso aos mecanismos, muitas vezes nem os conhecem, para efectuar uma queixa formal”, explicou.

“O que o senhor secretário devia ter feito era averiguar, junto dos Conselhos Executivos, o número exacto de reclamações que chegaram às escolas, porque essas sim correspondem aos alunos a quem foram cortados os apoios”, referiu a parlamentar.

Para Judite Parreira, “a situação ainda é mais grave por se verificarem estes cortes numa altura de crise, em que há grande fragilidade económica e em que as famílias vivem com muitas dificuldades, não conseguindo fazer face a todos os custos com a educação dos seus filhos”.

A deputada recordou que o PSD/Açores tinha proposto um reforço, “de cerca de 900 mil euros, nas verbas previstas para a ASE em 2015”, apresentando um valor que seria retirado do projecto da Casa da Autonomia, “opção que foi chumbada pela maioria socialista, o que diz bem das prioridades que a sua bancada e o governo regional defendem para os alunos açorianos”.





ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

CAVACO SILVA NO MONTIJO

FAZER VOLTAR A CONFIANÇA AO DISTRITO DE SETÚBAL

O Primeiro-Ministro Cavaco Silva declarou sexta-feira, no Montijo, que «a península de Setúbal atravessa uma situação de rotura porque nos últimos dez anos o Estado quis tomar conta dos meios de produção».

«O Estado quis fazer aquilo que não era da sua vocação e a iniciativa privada sentiu-se e abandonou. Agora, estamos nós a tentar fazer voltar a confiança a esta península» — disse o Primeiro-Ministro.

Cavaco Silva falava na sessão de boas vindas na sua primeira vi-

sita oficial ao Montijo. O Primeiro-Ministro estava acompanhado pelo secretário de Estado da Habitação, Elias da Costa, pelo governador civil do distrito, Irene Aleixo e presidente da Câmara, Primo Jaleco.

«A luta que agora se desenvolve em Portugal no domínio do alargamento do espaço da iniciativa privada é importante. O Estado não pode substituir-se ficando com os meios de produção. Há que deixar essa função aos empresários» — disse o Primeiro-Ministro.

São os empresários

— continuou Cavaco Silva — que «têm de criar riqueza e a iniciativa privada deve ser libertada da burocracia do Estado».

«Já andamos por caminhos que foram abandonados por outros países. Hoje, queremos estar no caminho certo. É preciso lutar contra as empresas que não produzem e são mantidas. São situações que o Estado não pode manter e é essa luta que constitui uma das nossas prioridades» — disse.

Cavaco Silva concluiu: «Se conseguirmos acabar com as

empresas que não produzem vamos ter mais fontes de receita e vamos ter um país melhor».

Ainda na sessão de boas-vindas, Primo Jaleco, presidente da Câmara do Montijo, garantiu que esta cidade «oferece condições aos investidores privados para, com um mínimo de risco aplicarem os seus fundos».

O Primeiro-Ministro visitou depois a Cer-técnica, em Sarilhos Grandes, ex-Fábrica Nacional de Tijolos, encerrada desde 1975 e que entretanto reabriu.

A propósito deste facto, Primo Jaleco diria: «Num distrito onde ainda existe desemprego, trabalhadores que não recebem atempadamente os seus salários e onde as

manifestações e protestos são frequentes ainda existem homens com a coragem para pôrem a funcionar uma unidade industrial que se encontra encerrada desde 1975, com instalações completamente degradadas».

Cavaco Silva terminou a sua ida ao Montijo visitando o local onde vão ser construídos 54 fogos de habitação social.

Na Universidade Católica do Porto

No mesmo dia o Prof. Cavaco Silva deslocou-se também ao Porto onde assistiu à abertura solene das aulas da Universidade Católica. Conversando, com os jornalistas, Cavaco Silva re-

cordou a sua qualidade de professor da Universidade Católica, reconhecendo que a sua presença traduzia, também, o seu apoio enquanto chefe do Governo à instituição, alegando que «a Católica tem desempenhado muito bem as funções que lhe competem, quer no domínio do ensino quer no da investigação».

De resto, a qualidade de ex-docente da Universidade Católica de Cavaco Silva seria expressamente referida pelo Cardeal Patriarca D. António Ribeiro, num curto improviso em que saudou o Primeiro-Ministro «com o respeito que os cristãos devem às autoridades civis, mas também uma saudação ao professor».

PSD SOBE ELEITORALMENTE NO CONCELHO DE ALMADA

O PSD analisou os resultados eleitorais das eleições para as Assembleias de Freguesia do Concelho de Almada, que tiveram lugar no dia 2 de Novembro, e considera que tais resultados reflectem:

O empenhamento das estruturas do PSD do Distrito de Setúbal, bem como o reconhecimento do trabalho dos autarcas do PSD, nomeadamente, no concelho de Almada.

O Partido Social Democrata é o único Partido que regista uma subida eleitoral, obtendo mesmo uma percentagem superior à obtida em coligação AD em 1982, subindo a segundo partido no concelho de Almada.

Um forte recuo, tendo em conta resultados anteriores da APU, que, tomando em consideração as eleições autárquicas de Dezembro passado, perde 11 123 votos.

Uma descida acentuada do Partido Socialista, que passa a terceiro Partido no Concelho de Almada.

Estes resultados eleitorais confirmam sobretudo — como o PSD tem vindo a afirmar — que o Partido Social Democrata é a única força política capaz de fazer frente, com êxito, ao Partido Comunista nos locais onde este tem sido tradicionalmente maioritário.



FERNANDO AMARAL REELEITO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

(Pág. 8)



Um novo contexto económico

Jaime Quesado (*)

A questão dum novo contexto económico está em cima da mesa. Num tempo de mudança, em que só sobrevive quem é capaz de antecipar as expectativas do mercado e de gerir em rede, numa lógica de competitividade aberta, as pessoas lançam a questão e perguntam-se se cabe de facto ao Estado o papel de intervenção activa no combate à crise ou se pelo contrário não caberá à Sociedade Civil a tarefa de reinvenção de um novo modelo de criação colectiva de valor centrado na participação e criatividade individual. Num mundo de incertezas, o novo contexto económico tem que saber dar as respostas certas às perguntas que se colocam.

Nunca como agora foi tão determinante saber e dominar as variáveis centrais para os processos de tomada de decisão. A gestão de expectativas é hoje fundamental e quando se começaram a agudizar os sinais de falta de controlo na gestão operacional das contas públicas criou-se o imperativo da necessidade da intervenção. O Estado assumiu a condução do processo, para evitar a contaminação do sistema e a geração de riscos sistémicos com consequências incontroláveis, mas as dúvidas mantiveram-se em muitos quanto à existência de soluções alternativas mais condicentes com o funcionamento das regras do mercado. Em muitas das situações a que estamos a assistir o que está em causa é a demonstração de que de facto neste mundo globalizado as elites detentoras da inteligência da gestão do capital perderam por completo o sentido da ética social própria de uma democracia aberta e justa.

Os próximos tempos vão ser particularmente relevantes para Portugal. Está em cima da mesa, no contexto da consolidação do processo de integração europeia, a capacidade de o nosso país conseguir efectivamente apresentar um Modelo de Desenvolvimento Estratégico sustentado para o futuro. Da mesma forma que a maior democracia do mundo teve a coragem de reeleger Barack Obama e com isso assumir a inevitabilidade do seu processo de reinvenção estratégica, também em Portugal sinais inequívocos de mudança têm que ser dados. As perguntas que as pessoas lançam, a propósito da Intervenção do Estado num contexto de crise em tempo de globalização, correspondem sem dúvida a um sentimento colectivo de uma nova geração que cresceu e amadureceu numa sociedade aberta onde a força das ideias é central para o desenvolvimento da responsabilidade individual num quadro colectivo.

A nova geração que ganhou dimensão global através da força dos instrumentos da Sociedade da Informação acredita na felicidade e na justiça humana mas à custa duma adequada aposta na criatividade individual e no reconhecimento do mérito na criação de valor. Por isso, importa que se desenvolvam ideias que apresentem uma solução diferente para os próximos tempos do país. Precisamos de facto de um sentido de urgência na definição de um novo paradigma de organização em sociedade e de integração no mundo global. A oportunidade existe. Mas importa que haja respostas concretas.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



Será pedir muito a António Costa?

Rosa Maria Arezes (*)

Passadas duas semanas das eleições, recomendaria o sentido de responsabilidade que já estivessem bem consolidadas pontes de convergência política, tal a urgência dos sérios desafios que temos pela frente.

Infelizmente, o caminho escolhido é outro. É o caminho da divisão e do radicalismo, da instabilidade e da desconfiança, da insinuação grosseira e do alarmismo.

Da noite para o dia, o grande derrotado tenta transformar-se num alegado protagonista, liderando negociações à esquerda, como se tivesse recebido um mandato nesse sentido.

A verdade é que, antes das eleições, António Costa nunca defendeu este cenário. Bem pelo contrário, recusou-o em nome da maioria absoluta que insistentemente pediu. Os Portugueses, porém, não lhe deram. Nem sequer lhe deram uma vitória com sabor a "poucoquinho". Deram-lhe, isso sim, uma derrota histórica, por mais de seis pontos percentuais. E, mesmo assim, numa fuga para a frente, tenta fazer vingar, mais uma vez, a sua ambição de poder a qualquer preço.

Estamos perante uma tentativa de fraude eleitoral, apadrinhada pelo PCP e pelo BE que, ao que parece, já não quererão ser mais as referências morais da fidelidade aos princípios e aos programas e estarão agora dispostos a dar uma reviravolta nas ideias até há dias consideradas sagradas.

Numa interpretação abusiva, dizem que a maioria (50% e 122 deputados) votou à esquerda. E incluem neste arco o extremismo da CDU e do BE, cujos programas são contra a União Europeia, contra o Euro, contra o respeito por uma série de compromissos internacionais, contra o Tratado Orçamental e por aí adiante. Esquecem-se, no entanto, que uma maioria muito maior (70% e 193 deputados) votou contra esta extrema-esquerda, isto é, contra o Partido Comunista e o Bloco.

É no universo da coligação PSD/CDS e do PS que está a solução. Porque é entre estas forças políticas que há bases programáticas e ideológicas comuns, que importa aprofundar. E é neste quadro que – ao contrário do que sucede em países do norte da Europa – está consolidada a nossa prática constitucional, pois nem Mário Soares, nem Jorge Sampaio alguma vez viabilizaram uma solução governativa que não passasse pelo partido vencedor.

Apesar de todas estas evidências, Costa aposta numa atitude de afronta e insiste na sua deriva extremista. Acenando com a convergência à esquerda, entre partidos radicalmente diferentes, que apenas se dispõem, eventualmente, a juntar-se por razões negativas, isto é, para afastar a coligação. E assim arrisca minar a confiança e a estabilidade política. E desprezar tudo o que os Portugueses conquistaram nos últimos quatro anos, com imenso sacrifício.

Depois de inúmeros ziguezagues, esconde, agora, a sua fraqueza com aventuras de extrema-esquerda e pregões populistas de anti-austeridade. Só que, agora, o que está em causa é o próprio País e milhões de Portugueses. O que está em causa é a necessidade de construir pontes e de estabelecer compromissos que evitem que, entre nós, aconteça o que sucedeu na Grécia. O que está em causa é o interesse nacional que jamais pode ficar refém de calculismos e de estratégias de sobrevivência. O que está em causa é um pouco de sentido de Estado.

Será pedir muito a António Costa?

(*) Deputada do PSD

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Abrantes, para reunir no próximo dia 28 de Novembro de 2015, (sábado), pelas 20h30, na sede da Secção, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 20h30 às 22h30

ARMAMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Armamar, para reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2015 (quarta-feira), pelas 20h30, no Salão Paroquial, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Análise da situação política

3 - Outros assuntos.

CELORICO DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Celorico da Beira, para reunir no próximo dia 21 de Novembro de 2015 (Sábado), pelas 20h00, na sede, sita na Rua António Fernandes Costa Almeida, nº 19, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição dos órgãos da Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia da Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 20h00 às 22h00.

FARO / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Faro para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 29 de Outubro de 2015, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede de Secção de Loulé, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nº1, - Loulé, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Análise da situação política actual dos resultados das eleições Legislativas 2015

2 - Outros assuntos

ILHAVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Ílhavo para reunir, em

sessão ordinária, no próximo dia 06 de Novembro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede sita no Edifício Illiabum, bloco A - 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Análise da situação política partidária

2 - Outros assuntos de interesse geral

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Pombal, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 31 de Outubro de 2015, (sábado) pelas 18h30, na sede, sita na Rua Dr. Luis Torres, nº 4 - 2º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Apresentação, discussão e votação da acta da sessão anterior

2 - Análise da situação política e balanço das eleições legislativas 2015

3 - Outros assuntos

PORTALEGRE / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Portalegre, para reunir no próximo dia 31 de Outubro de 2015 (sábado), pelas 17h00, na sede distrital, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 17 - Portalegre, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 - Análise da situação político - partidária

2 - Outros assuntos

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Porto, para reunir no próximo dia 20 de Novembro de 2015 (Sexta-feira), pelas 18h00, na sede Distrital do Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64 - Porto, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição dos órgãos da Secção - Mesa da Assembleia e Comissão Política

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia da Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital do Porto.

- As urnas estarão abertas das 18h00 às 23h00.

SERNANCELHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sernancelhe, para reunir no próximo dia 28 de Novembro de 2015, (sábado), pelas 17h00, no Auditório Centro de Artes, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, na sua residência, sita no Lugar da Cheira - Vila da Ponte, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 17h00 às 20h00

SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sesimbra, para reunir no próximo dia 06 de Novembro de 2015, (Sexta-feira) pelas 20h30, na sede, sita na Rua da República, 20 - 1º Esq. - Sesimbra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Análise da actividade autárquica

2 - Situação política nacional

3 - Informações

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Franca de Xira para

reunir, no próximo dia 22 de Outubro de 2015, (quinta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Rua da Praia, 63, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação política

VEISEU / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Viseu para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 30 de Outubro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, no Solar dos Peixotos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise dos resultados eleitorais

3 - Análise da situação política local e nacional

4 - Outros assuntos;



ALMADA

Ao abrigo dos artigos 69.º a 71.º e 93.º, n.ºs 1 a 3 dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o VI Plenário Concelhio da JSD Almada a reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2015, pelas 21:00, na Sede Concelhia do PSD Almada sita na Rua da Liberdade, n.º 38-A Almada, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Análise da Situação Política Local e Nacional.

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes desta Concelhia de Aveiro, para reunirem no próximo dia 07 de Novembro de 2015, pelas 15 horas, na Sede do PSD Aveiro, sita na Av. Lourenço Peixinho, n.º 170 - 1.º, em Aveiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Análise da situação político partidária;

2 - Outros assuntos.

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário concelhio da JSD secção de Barcelos, para reunir no próximo dia 7 de Novembro de 2015 (sábado), pelas 21h30, na sede concelhia do PSD Barcelos, sita na Avenida Alcaldes Faria, n.º226, 1.º Dt.º, Barcelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1: Informações da Comissão Política de Secção;

Ponto 2: Análise dos resultados das eleições legislativas de 4 de Outubro;

Ponto 3: Apresentação aos militantes das candidaturas às eleições da JSD de Barcelos;

Ponto 4: Outros assuntos de interesse para a JSD.

CONSELHO DISTRIAL DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital de Braga da JSD, para reunir no próximo dia 6 de Novembro de 2015, pelas 21 horas em Esposende, na Sede do PSD, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Análise da situação política;

3 - Outros assuntos.

A SEGUINTE CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR

BOMBARRAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da JSD de Bombarral, para reunir no próximo dia 15 de Novembro de 2015, (Domingo), pelas 15 horas, na Sede do PSD Bombarral, sita na Rua Manuel de Lima Souto, n.º 10, R/c., Bombarral, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues, em duplicado, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem a possa substituir estatutariamente, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respectivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de duas horas, a saber: 15h00m – 17 horas.

CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA A.O.

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis convoca-se o Conselho Distrital Ordinário para reunir no próximo dia 21 de Novembro (sábado), pelas 21:30 horas, na sede concelhia do PSD de Alenquer, sita Avenida 25, Alenquer com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Análise dos resultados eleitorais no Oeste nas Eleições Legislativas;

2 - Análise da situação política local, regional e nacional;

3 - Outros assuntos.

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Concelhia da JSD de Santa Maria da Feira, para reunir no próximo dia 21 de Novembro de 2015, pelas 16h, na sede do PSD/JSD de Santa Maria da Feira, sita na Rua dos Descobrimentos nº 18, com o código postal 4520 201 Santa Maria da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e Mesa de Plenário Concelhia da JSD de Santa Maria da Feira.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na morada supra citada.

As eleições deverão ocorrer entre as 16h e as 18h.

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia de Vila Verde.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao presidente da mesa do plenário, ou a quem o substitua até às 23.59 horas, do terceiro dia do acto eleitoral, respeitando as normas, estatutos e regulamentos do acto eleitoral da JSD.

O acto eleitoral decorre entre as 20h00m e as 23 horas.

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Uiseu, para reunir em sessão ordinária no dia 31 de Outubro de 2015, pelas 15 horas, na Sede do PSD Uiseu, sita no Rossio, n.º 14 – 2.º, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Análise Pós Legislativas 2015;

3 – Outros assuntos.

VILA VERDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD da Concelhia de Vila Verde, distrito de Braga, para reunirem no dia 20 de Novembro, de 2015, pelas 20 horas, na sede do PSD/JSD de Vila Verde, com a seguinte ordem de trabalhos:

REGULAMENTO DO III CONGRESSO DISTRITAL DA JSD SANTARÉM

CAPÍTULO 1 – DO PRESENTE REGULAMENTO

Artigo 1º

(Objecto)

O presente Regulamento visa dar cumprimento ao disposto nas alíneas a) e b) do Art.º 3 do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais, disciplinando o funcionamento do III Congresso Distrital da JSD Santarém.

Artigo 2º

(Definição)

O Congresso Distrital é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD, inscritos na circunscrição territorial distrital.

CAPÍTULO 2 – DO CONGRESSO DISTRITAL E SEUS MEMBROS

Artigo 3º

(Competências)

É da responsabilidade do Congresso Distrital:

1. A eleição da Mesa do Conselho Distrital que será também a Mesa do Congresso, bem como da Comissão Política Distrital.

2. A definição da política e linhas gerais de atuação dos órgãos distritais, através da aprovação de moções de estratégia global e de moções sectoriais.

Artigo 4º

(Composição e Direitos de Voto)

1. Compõem o Congresso Distrital, com direito a voto:

a) O Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Distrital;

b) Os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias regularmente eleitas e em exercício de funções, com a possibilidade de delegação prevista na al. b) do Art.º 27 do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais, exercida mediante entrega da respectiva ata à Mesa do Congresso Distrital até ao início dos trabalhos;

c) Representantes das estruturas concelhias, denominados Delegados Residenciais, eleitos nos termos da al. c) do Art.º 27 do Regulamento Nacional dos Congressos

e Conselhos Distritais.

2. São ainda membros do Conselho Distrital, ainda que sem direito de voto:

a) A Mesa do Conselho Distrital, que será também a Mesa do Congresso Distrital;

b) Os restantes membros da Comissão Política Distrital;

c) Os membros do Conselho Distrital mencionados nas als. e), f), g), h), i), j), k), l) do Art.º 4 do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais.

3. A qualidade em que um Membro participa no Congresso Distrital é imutável durante o decurso do mesmo.

4. Competirá à Mesa do Conselho Distrital verificar a existência do quórum, designadamente verificando a qualidade dos presentes.

Artigo 5º

(Eleição de Delegados Residenciais e Elaboração do Rateio)

1. A eleição dos Delegados Residenciais atribuídos a cada Concelhia através da aplicação do Método de Hondt, após atribuição automática de 1 delegado a cada Concelhia, assegurando-se o disposto na alínea c) do nº 1 do Art.º 27º do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais, no que respeita ao número mínimo 15 militantes inscritos para que se considere uma estrutura territorial como Concelhia da JSD (conforme disposto no nº3 do Art. 24º dos Estatutos Nacionais da JSD), rege-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral com as seguintes ressalvas:

a) As eleições dos Delegados são marcadas pela Mesa do Conselho Distrital e convocadas pelo seu Presidente e presididas pelas Mesas dos Plenários Concelhios e regem-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral da JSD;

b) Os atos eleitorais deverão ocorrer com a maior simultaneidade possível;

c) Até ao 5.º dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente da JSD remeterá à Mesa do Conselho Distrital a indicação do número de militantes de cada concelhia da região.

d) Com base nesta indicação, a Mesa procederá ao rateio pelas concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger

em cada concelhia, admitindo-se para este efeito o uso dos meios de comunicação electrónica oficialmente inscritos nos serviços da JSD.

e) Caso alguma concelhia não proceda à eleição dos seus delegados por qualquer motivo serão os seus delegados redistribuídos tendo por base o mesmo critério.

Artigo 6º
(Substituições)

1. Os delegados ao Congresso referidos na alínea c) do nº 1 do Art. 4º do presente regulamento podem ser substituídos pelo primeiro candidato não eleito da lista em que foi eleito, ou no caso de inexistência ou impossibilidade deste, pelos suplentes da mesma lista de acordo com a respetiva ordem.

2. As substituições seguem os mesmos trâmites das inscrições e são efectuadas desde que comunicadas à Mesa do Conselho Distrital impreterivelmente até ao início dos trabalhos.

3. Os restantes delegados ao Congresso referidos no n.º 1 do artigo 4.º podem ser substituídos por membros da lista do órgão a que pertencem desde que o façam no prazo previsto para a inscrição.

Artigo 7º
(Acumulação)

1. Os militantes que forem delegados ao Congresso a mais de um título devem optar pela condição em que participam no congresso no início do mesmo.

2. A opção prevista no número anterior é definitiva.

Artigo 8º
(Redistribuição de Delegados em Falta)

1. Consideram-se delegados em falta aqueles cuja Ata de Eleição não houver sido recebida pela Mesa do Congresso Distrital até ao limite dos respectivos prazos previstos no cronograma que consta do Anexo I ao presente Regulamento.

2. Findo o prazo para entrega das Atas das Eleições, a Mesa do Congresso Distrital, deverá redistribuir os delegados em falta, seguindo o método de rateio previsto neste Regulamento.

3. Nas Concelhias que receberem Delegado redistribuído, será Delegado o membro efetivo ou suplente da lista que teria sido eleito caso a eleição e respectivo apuramento houvessem sido realizados inicialmente com o número total de Delegados após a redistribuição.

4. A redistribuição dos Delegados prevista neste artigo será publicada no sítio oficial da JSD Distrital de Santarém na internet e enviada por e-mail para a base de dados de militantes até 3 dias após o prazo para entrega das Atas das Eleições ou para realização da Inscrição dos Delegados.

Artigo 9º
(Delegação de Poderes)

1. Os delegados representantes de concelhias não podem delegar os seus poderes.

2. Os restantes delegados com direito a voto previstos no n.º1 do Artigo 4.º deste regulamento podem delegar os seus poderes de acordo com o previsto nos estatutos nacionais da JSD.

Artigo 10º
(Direitos dos Delegados)

1. Constituem direitos dos Delegados do Congresso Distrital:

- a) Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;
- b) Apresentar moções de estratégia global nos termos do presente Regulamento;
- c) Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;
- d) Participar nas discussões e votações;
- e) Interpelar os órgãos distritais;
- f) Usar do direito de resposta, quando visados;
- g) Apresentar declaração de voto por escrito, para constar em ata, exceptuando-se tal prerrogativa relativamente às abstenções.

Artigo 11º
(Deveres dos Delegados)

1. Constituem deveres dos Delegados do Congresso Distrital:

- a) Comparecer ao Congresso Distrital com pontualidade e proceder à sua inscrição/credenciação;
- b) Participar nas votações;
- c) Respeitar a dignidade do Congresso Distrital e dos seus membros;
- d) Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou de quem o substitua nessas funções;
- e) Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Congresso Distrital, e em geral, para a boa imagem da JSD;
- f) Abster-se do uso de expedientes dilatatórios, ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais.

Artigo 12º

(Participantes e Observadores)

1. O Congresso Distrital, a requerimento da CPD ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades, cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de órgãos e estruturas de apoio à CPD e Presidentes de Associações Académicas ou de Estudantes do distrito.

2. A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra.

3. O Congresso Distrital poderá igualmente admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

CAPÍTULO 3 – DOS TRABALHOS

Artigo 13º
(Local e Data)

1. O III Congresso Distrital de Santarém da JSD reunirá no dia 12 de Dezembro de 2015, no Cartaxo, com início às 10h00.

2. O Conselho Distrital delega a escolha da localização efetiva e os seus preparativos na Comissão Política Distrital e na Comissão Política Concelhia em causa.

Artigo 14º
(Quórum)

1. O Congresso Distrital reunirá à hora marcada desde que se encontrem presentes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.

2. A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimentares, de descanso ou manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.

Artigo 15º
(Funcionamento)

O funcionamento do Congresso Distrital, em tudo o que não contrarie a sua natureza ou o Presente Regulamento, rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Distritais.

Artigo 16º
(Ordem de trabalhos)

- a) Sessão de Abertura e boas-vindas do III Congresso Distrital JSD Santarém;
- b) Apreciação do mandato distrital – 2014/2015;
- c) Apresentação e discussão das Moções Sectoriais;
- d) Apresentação das Moções de Estratégia Global e das Candidaturas;
- e) Eleição dos órgãos distritais para o mandato 2016/2018 e aprovação da Moção de Estratégia Global (urnas abertas entre as 15h30 e as 17h30);
- f) Votação das Moções Sectoriais e aprovação de militantes honorários;
- g) Publicitação, após apuramento, dos resultados;
- h) Tomada de posse dos órgãos eleitos;
- i) Sessão de Encerramento do III Congresso Distrital JSD Santarém.

Artigo 17º
(Uso da Palavra)

1. A palavra será concedida aos Delegados para os seguintes efeitos:
- a) Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos, e de mais cinco minutos no fim da discussão;
 - b) Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;
 - c) Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;
 - d) Interpelar os Órgãos distritais, sem exceder os três minutos;
 - e) Invocar o Regulamento e interpelar a Mesa;
 - f) Apresentar requerimentos, protestos, contraprotostos e formular votos;
 - g) Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;
 - h) Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos;
 - i) A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o Regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objecto do pedido de uso da palavra;
 - j) A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.

Artigo 18º
(Competências do Presidente da Mesa)

1. Compete ao Presidente da Mesa:
- a) Presidir ao Congresso Distrital, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respetivos trabalhos;
 - b) Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Congresso Distrital;
 - c) Conceder a palavra aos delegados e aos participantes;
 - d) Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;
 - e) Colocar à imediata votação, todos os requerimentos admitidos;
 - f) Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora de ordem ou retirando-lhe a palavra;
 - g) Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões do Congresso Distrital ou da sua Mesa.

Artigo 19º
(Competências dos Vice-Presidentes da Mesa)

1. Compete aos Vice-Presidentes:

- Substituir o Presidente na sua ausência ou impedimento;
- Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções;
- Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas.

Artigo 20º

(Competências dos Secretários da Mesa)

1. Compete aos Secretários:

- Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quórum e registar as votações;
- Organizar as inscrições dos Delegados ou Participantes que pretendam usar da palavra;
- Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;
- Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;
- Servir de escrutinador;
- Elaborar as actas.

CAPÍTULO 4 - DAS MOÇÕES E CANDIDATURAS

Artigo 21º

(Moções de Estratégia Global)

1. Os candidatos a Presidente da Comissão Política Distrital – e apenas estes – devem no mesmo prazo de apresentação das candidaturas submeter a Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representa, onde constem o seu Programa, Linhas Gerais de Atuação, Prioridades e Princípios ou outros elementos que o Subscritor entenda fazer constar.

2. Esta apresentação não deverá ultrapassar os 15 minutos.

3. Não há requisitos de forma ou limitações de qualquer natureza ao conteúdo destas Moções.

4. As Moções de Estratégia Global poderão ter um título, sem que tal seja obrigatório, e a sua identificação pode incluir referência a uma lista, lema ou localidade.

5. Considera-se aprovada a Moção de Estratégia Global da lista mais votada à Comissão Política Distrital.

Artigo 22º

(Moções Sectoriais)

1. As Moções Sectoriais dizem respeito a temas específicos, regiões em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo e poderão ser subscritas e apresentadas por qualquer delegado do Congresso Distrital, estando vedadas portanto aos participantes ou observadores.

2. Se aprovadas, e não contendendo com a Moção de Estratégia Global vencedora, as Moções Sectoriais devem ser entendidas pela Comissão Política Distrital vencedora como orientações do Congresso Distrital, a executar nos moldes possíveis.

Artigo 23º

(Apresentação e Poder de Disposição sobre as Moções Sectoriais)

Os subscritores de Moções Sectoriais poderão indicar quem fará a sua apresentação e poderão retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mesmas, acontecendo o mesmo no caso de se tratar de Moções de autoria de Comissões Políticas Concelhias.

Artigo 24º

(Candidaturas aos Órgãos Distritais)

As listas devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital, ou a quem este delegar e o possa substituir nos termos do disposto nos Regulamentos da JSD, até às 23h59m do dia 9 de Dezembro de 2015, na sede distrital de Santarém do PSD, sita na Calçada de Mem Ramirez, 10, 2000-105 Santarém.

Artigo 25º

(Distinções Honorárias Distritais)

1. O Congresso Distrital pode atribuir a distinção de Presidente Honorário Distrital da JSD a antigos Presidentes da Comissão Política Distrital da JSD ou do PSD, que se tenham notabilizado excepcionalmente no exercício das suas lideranças, pelo serviço prestado aos jovens do distrito e pela promoção dos ideais da JSD.

2. A distinção de Militante Honorário Distrital pode ser atribuída aos antigos dirigentes distritais da JSD que tenham, ao serviço da JSD e dos jovens do distrito, contribuído de forma e mérito excepcional para a promoção do ideário da JSD.

3. Estas deliberações são tomadas por voto secreto, sob proposta da Comissão Política Distrital, da Mesa do Congresso Distrital ou de três Comissões Políticas Concelhias.

4. A perda da distinção de Militante Honorário da JSD será deliberada pelo Congresso Distrital, por maioria absoluta dos delegados presentes, em caso de grave desconsideração pelos jovens do distrito, de afronta pública à JSD ou de desprestígio manifesto.

CAPÍTULO 5 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 26º

(Lacunas)

1. A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos e Congressos Distritais; em segundo lugar, ao normativo do PSD; e, em terceiro lugar, à lei geral subsidiariamente aplicável.

2. A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos e Congressos Distritais, em segundo lugar ao normativo do PSD e, em terceiro lugar, à lei geral subsidiariamente aplicável.

Artigo 27º

(Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor imediatamente com a sua aprovação e respectiva publicação em Povo Livre.

Aprovado pelo Conselho Distrital da JSD de Santarém, a 16 de Outubro de 2015, em Ourém.

CRONOGRAMA

Momento Processual	Data
1. Conselho Distrital	16 Outubro
2. Envio das convocatórias para a eleição dos Delegados ao III Congresso Distrital	26 Outubro
3. Publicação no Povo Livre das convocatórias para a eleição de Delegados ao III Congresso Distrital	28 Outubro
4. Prazo para a Mesa enviar às concelhias o rateio de Delegados	7 Novembro
5. Prazo limite para entrega das listas candidatas à eleição dos Delegados ao Congresso Distrital	25 Novembro – 23h59m
6. Eleição dos Delegados	28 Novembro
7. Prazo para entrega das atas eleitorais	4 Dezembro
8. Lista Provisória de Delegados	5 Dezembro
9. Prazo para redistribuição de Delegados	7 Dezembro
10. Lista definitiva de Delegados	8 Dezembro
11. Prazo para entrega das Moções Sectoriais	9 Dezembro – 23h59m
12. Prazo para entrega de Listas Candidatas aos Órgãos	9 Dezembro – 23h59m
13. III Congresso Distrital JSD Santarém	12 Dezembro